



CONCURSO PÚBLICO

Polícia Civil do
Distrito Federal

AGENTE DE POLÍCIA

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal:
- Um **caderno de questões** da Prova Objetiva contendo 100 (cem) questões objetivas de múltipla escolha;
- Um **cartão de respostas** personalizado para a Prova Objetiva;
- Um **caderno de questões** da Prova de Redação contendo 4 (quatro) itens;
- Um **caderno de respostas** personalizado para a Prova de Redação.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no **caderno de questões** da Prova Objetiva, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- Você dispõe de 5 (cinco) horas para fazer a Prova Objetiva e a Prova de Redação. Faça-as com tranquilidade, mas **controle o seu tempo**. Este **tempo** inclui a marcação do **cartão de respostas** da Prova Objetiva e o preenchimento do caderno de respostas da Prova de Redação.
- **Não** será permitido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no **cartão de respostas** da Prova Objetiva ou no **caderno de respostas** da Prova de Redação.
- Ao candidato somente será permitido levar seu **caderno de questões** da Prova Objetiva e Discursiva (Redação) após o término das mesmas e desde que permaneça em sala até este momento (Edital 22/2005 – Item 5.9 alínea b).
- Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá entregar seu **cartão de respostas** da Prova Objetiva e seu **caderno de respostas** da Prova de Redação e retirar-se da sala de prova (Edital 1/2004 – Item 5.9 alínea a).
- Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal o **cartão de respostas** da Prova Objetiva devidamente **assinado** e o **caderno de respostas** da Prova de Redação.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos.
- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do **responsável pelo local**.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas**. Solicite ao fiscal para efetuar as correções na Ata da Prova.
- Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** a alternativa que mais adequadamente a responde.
- O **cartão de respostas NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:



Atenção: Formas de marcação diferentes da que foi determinada implicarão a rejeição do **cartão de respostas** pela leitora ótica.

INSTRUÇÕES - PROVA DE REDAÇÃO

- Verifique se os seus dados estão corretos no **caderno de respostas**. Solicite ao fiscal para efetuar as correções na Ata da Prova.
- Efetue a desidentificação do **caderno de respostas** destacando a parte onde estão contidos os seus dados.
- Somente será objeto de correção da Prova de Redação o que estiver contido na **área reservada para a resposta**. **NÃO** será considerado o que estiver contido na **área reservada para rascunho**.
- O **caderno de respostas NÃO** pode ser dobrado, amassado, manchado, rasgado ou conter qualquer forma de **identificação do candidato**.
- **Use somente** caneta esferográfica azul ou preta.

Cronograma Previsto (Cronograma completo no endereço www.nce.ufrj.br/concursos)

Atividade	Data	Local
Divulgação do gabarito	22/02	www.nce.ufrj.br/concursos
Interposição de recursos contra o gabarito	23 a 25/02	* Escritório NCE/UFRJ Brasília
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos contra o gabarito e resultado preliminar da Prova Objetiva	08/03	www.nce.ufrj.br/concursos
Interposição de recursos contra o resultado preliminar da Prova Objetiva	09 a 11/03	* Escritório NCE/UFRJ Brasília
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos contra o resultado preliminar da Prova Objetiva e divulgação do resultado final da Prova Objetiva	18/03	www.nce.ufrj.br/concursos
Divulgação do resultado preliminar da Prova de Redação	31/03	www.nce.ufrj.br/concursos
Interposição de recursos contra o resultado preliminar da Prova de Redação	01, 04 e 05/04	* Escritório NCE/UFRJ Brasília
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos contra o resultado preliminar da Prova de Redação e resultado final da Prova de Redação	15/04	www.nce.ufrj.br/concursos

* **Escritório NCE/UFRJ Brasília:** Edifício Centro Empresarial Brasília, sala 820, bloco B, SRTVS QD 701

VALOR DAS QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA:

DE 1 A 10 = 4 PONTOS

DE 11 A 30 = 3 PONTOS

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO – DIAGNÓSTICO

O Globo, 15/10/2004

Em oito anos, o número de turistas no Rio de Janeiro dobrou, enquanto os assaltos a turistas foram multiplicados por três, alcançando hoje a média de dez casos por dia. Considerando a importância que o turismo tem para a cidade – que anualmente recebe 5,7 milhões de visitantes de outros estados e do estrangeiro, destes, aliás, quase 40% dos que chegam ao Brasil têm como destino o Rio – é alarmante esse grau crescente de insegurança.

Por maior que tenha sido a indignação manifestada pelo governo federal, são números que reforçam o alerta do Departamento de Estado americano a agências de turismo dos Estados Unidos, divulgado no início do mês, a respeito do perigo que apresentam o Rio e outras grandes cidades brasileiras.

Não é exagero classificar de urgente a tarefa de fazer o turista se sentir mais seguro no Rio, considerando que os visitantes movimentam 13% da economia da cidade e que dentro de três anos teremos aqui o Pan. Parte da solução é simples: reforçar o policiamento ostensivo. A Secretaria de Segurança do Estado informa que há quase duas centenas de policiais patrulhando a orla, do Leblon ao Leme, mas não é o que se vê – nem é o que percebem os assaltantes.

Muitos destes aliás, são menores de idade com que o poder público simplesmente não sabe lidar, por falta de ação integrada entre autoridades estaduais e municipais, empenhadas num jogo de empurra sobre a responsabilidade por tirá-los das ruas. O que lhes confere uma percepção de impunidade que só faz piorar a situação.

Impunidade é também a sensação que resulta do deficiente trabalho de investigação policial: se não se consegue impedir o crime, sua gravação pelas câmeras da orla de pouco serve, pois não há um esquema eficaz de inteligência nem estrutura técnica adequada para seguir pistas.

É fácil atribuir todos os problemas à falta de verbas. Mas é mais justo falar em dinheiro mal aplicado. As próprias autoridades anunciam fartos investimentos em aparato tecnológico contra o crime; o retorno que deveria produzir a aplicação eficiente desse dinheiro seria o que não está acontecendo: a redução a níveis mínimos dos assaltos a turistas.

1 - O título *Diagnóstico* se justifica porque o texto:

- a) trata da insegurança como uma doença social;
- b) mostra as causas históricas da insegurança na cidade do Rio;
- c) indica o conhecimento das causas de determinado fenômeno;
- d) aponta os remédios para uma doença observada;
- e) faz uma análise científica de um problema atual.

2 - “Em oito anos, o número de turistas no Rio de Janeiro dobrou, enquanto os assaltos a turistas foram multiplicados por três”; essa relação mostra que:

- a) a insegurança aumenta quando se reduz o número de turistas;
- b) o nº de turistas cresce, apesar dos assaltos;
- c) a redução do nº de turistas faz crescer a segurança;
- d) quanto mais aumentam os turistas, menos assaltos ocorrem;
- e) os turistas aumentam na mesma proporção que os assaltos.

3 - A frase do texto que apresenta uma dupla possibilidade de concordância verbal é:

- a) “...o número de turistas no Rio de Janeiro dobrou...”;
- b) “...não há um esquema eficaz de inteligência nem estrutura técnica adequada para seguir pistas”;
- c) “...quase 40% dos que chegam...”;
- d) “...nem o que percebem os assaltantes”;
- e) “...que apresentam o Rio e outras grandes cidades brasileiras”.

4 - “...alcançando HOJE a média de dez casos por dia”; o momento a que se refere o vocábulo em maiúsculas depende da situação em que o texto se insere. O segmento textual cujo elemento em destaque NÃO representa caso idêntico é:

- a) “EM OITO ANOS o número de turistas do Rio de Janeiro dobrou,...”;
- b) “...que ANUALMENTE recebe 5,7 milhões de visitantes...”;
- c) “...o alerta do Departamento de Estado americano a agências de turismo dos Estados Unidos, divulgado NO INÍCIO DO MÊS...”;
- d) “...e que DENTRO DE TRÊS ANOS teremos aqui o Pan”;
- e) “...visitantes de outros estados e do ESTRANGEIRO,...”.

5 - O segmento do texto que tem o antecedente do pronome relativo *que* ERRADAMENTE indicado é:

- a) “Considerando a importância QUE o turismo tem para a cidade...” – importância;
- b) “...o turismo tem para a cidade – QUE anualmente recebe 5,7 milhões de visitantes...” – cidade;
- c) “...são números QUE reforçam o alerta do Departamento de Estado...” – números;
- d) “Impunidade é também a sensação QUE resulta do deficiente trabalho...” – impunidade;
- e) “...seria o QUE não está acontecendo...” – o.

6 - Entre o primeiro e o segundo período do texto, poderíamos inserir, com a alteração da forma do gerúndio *considerando*, uma conjunção (adequada ao sentido do texto) tal como:

- a) embora;
- b) já que;
- c) mas;
- d) portanto;
- e) se.

- 7 - I – “grau crescente DE INSEGURANÇA”
 II – “agências DE TURISMO”
 III – “trabalho DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL”
 IV – “por falta DE AÇÃO INTEGRADA”

Entre os segmentos acima, em maiúsculas, aquele que apresenta função DISTINTA da dos demais é:

- a) I;
 b) II;
 c) III;
 d) IV;
 e) nenhum deles.

8 - Ao dizer que “não há um esquema eficaz de inteligência”, o autor do texto se refere à(ao):

- a) capacidade intelectual dos policiais;
 b) possibilidade legal de fazer investigações;
 c) estrutura militar da corporação;
 d) disponibilidade de um serviço de informações;
 e) armamento de grande poder de fogo.

9 - “É fácil atribuir todos os problemas à falta de verbas”; nessa frase, o acento grave indicativo da crase resulta da união de uma preposição com um artigo, o mesmo que ocorre em:

- a) servir à francesa;
 b) ir àquela praia;
 c) entregar o prêmio à de vestido verde;
 d) dar àquele homem a condecoração;
 e) atribuir a culpa à que está armada.

10 - Entre os argumentos apresentados a favor do trabalho das autoridades competentes para a segurança policial do Rio de Janeiro, só NÃO está:

- a) instalação de câmeras na orla;
 b) falta de verbas;
 c) investimentos em aparato tecnológico;
 d) presença de policiais nas praias;
 e) policiamento ostensivo.

11 - “...informa que há quase duas centenas de policiais...”; o fato de se empregar “duas centenas” e não “duzentos” mostra, por parte da Secretaria de Segurança do Estado, a intenção de:

- a) valorizar a quantidade dos policiais empregados;
 b) demonstrar a verdade da afirmação feita;
 c) conservar certos modismos da linguagem militar;
 d) indicar a pouca importância dos assaltos cometidos;
 e) mostrar a imensa disponibilidade de pessoal.

12 - “Por maior que tenha sido a indignação manifestada pelo governo federal...”; tal indignação, referida no primeiro parágrafo do texto, se dirige contra:

- a) a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro;
 b) o Departamento de Estado americano;
 c) o grande número de assaltos a turistas no Rio;
 d) o despreparo da polícia carioca;
 e) a redução do número de turistas que se dirigem ao Rio.

13 - “POR maior que tenha sido a indignação ...”; “...não sabe lidar, POR falta de ação integrada...”; as duas ocorrências do vocábulo em maiúsculas correspondem semanticamente às idéias de, respectivamente:

- a) meio – modo;
 b) causa – meio;
 c) concessão – causa;
 d) modo – explicação;
 e) explicação – concessão.

14 - No primeiro parágrafo do texto, o vocábulo RIO DE JANEIRO reaparece designado como CIDADE, a fim de se evitar a repetição de palavras idênticas; nesse caso, após uma palavra de valor específico (Rio de Janeiro), emprega-se outra de valor geral (cidade). Essa mesma estrutura se repete em:

- a) Rio de Janeiro – Cidade Maravilhosa;
 b) Rio de Janeiro – RJ;
 c) Rio de Janeiro – Rio;
 d) Rio de Janeiro – capital;
 e) Rio de Janeiro – berço do samba.

15 - “Considerando a importância que o turismo TEM...”; “...quase 40% dos que chegam ao Brasil TÊM como destino o Rio...”; “...dentro de três anos TEREMOS aqui o Pan...”; esses segmentos do texto mostram a ampla utilização do verbo TER no lugar de outros verbos de significação mais específica. Os verbos que poderiam substituir, respectivamente, de forma mais adequada, as formas verbais em destaque são:

- a) desfrutar - pretender - realizar;
 b) mostrar - desejar - desfrutar;
 c) possuir - almejar - sediar;
 d) apresentar - tentar - receber;
 e) alcançar - querer - organizar.

16 - De todos os substantivos abaixo, aquele que apresenta uma formação diferente da dos demais, a partir da palavra primitiva, é:

- a) indignação;
 b) aplicação;
 c) sensação;
 d) situação;
 e) investigação.

17 - “...técnica adequada para seguir pistas”; o substantivo cognato adequado ao verbo seguir neste caso é:

- a) sucessão;
 b) seqüência;
 c) seqüenciação;
 d) seguimento;
 e) seguida.

18 - “É fácil atribuir todos os problemas à falta de verbas. Mas é mais justo falar em dinheiro mal aplicado”; nesse segmento do texto há duas idéias, representadas nos dois períodos transcritos; o comentário correto sobre as idéias aqui representadas é:

- a) o autor do texto atribui à falta de verbas e à sua má aplicação os problemas com a segurança;
- b) o autor do texto não acredita que a falta de verbas seja responsável pela falta de segurança, mas sim a sua má aplicação;
- c) o argumento de má aplicação dos recursos é utilizado pelo Estado como desculpa pelos problemas na área de segurança pública;
- d) a desculpa da falta de verbas é dada pelo autor do texto como uma maneira de reduzir a culpa do Estado na segurança;
- e) a falta de verbas é uma mentira, assim como a má aplicação de recursos, pois o que falta é inteligência, segundo o autor do texto.

19 - “...não há um esquema EFICAZ de inteligência...”; “...deveria produzir a aplicação EFICIENTE...”; no minidicionário de língua portuguesa de A. Houaiss aparece a definição desses dois adjetivos:

- 1. **eficiente**: que realiza bem suas funções; que traz bons resultados;
 - 2. **eficaz**: eficiente; seguro, infalível.
- Isso mostra que:

- a) só o primeiro está bem empregado;
- b) só o segundo está bem empregado;
- c) os vocábulos podiam trocar de posição, sem alteração de sentido;
- d) nenhum dos dois está bem empregado;
- e) deveria ser empregado somente um desses adjetivos.

20 - “Muitos destes, aliás, são menores de idade com que o poder público simplesmente não sabe lidar”; a utilização da preposição COM, nesse segmento, é devida à presença do verbo *lidar*. A frase abaixo em que a preposição destacada está mal empregada é:

- a) Feijoada é o prato DE que mais gosto;
- b) Esse é o problema A que me refiro;
- c) Não sei mais DE que estamos falando;
- d) Não conheço o lugar A que se dirigiu;
- e) Esses são os trabalhos DE que lamentaram.

21 - “Muitos destes, aliás, são menores de idade com que o poder público não sabe lidar”; o comentário INCORRETO sobre os elementos que estruturam esse segmento do texto é:

- a) o demonstrativo *destes* se refere a *menores de idade*;
- b) o termo *aliás* corresponde semanticamente a *além disso*;
- c) o termo *menores* é empregado como adjetivo;
- d) o relativo *que* se prende ao antecedente *menores de idade*;
- e) a expressão *poder público* se refere a órgãos de governo.

22 - “É fácil atribuir todos os problemas à falta de verbas”; forma igualmente correta dessa mesma frase é:

- a) é fácil atribuir-se todos os problemas à falta de verbas;
- b) é fácil que se atribua todos os problemas à falta de verbas;
- c) é fácil que se atribuam todos os problemas à falta de verbas;
- d) é fácil que se atribuisse todos os problemas à falta de verbas;
- e) é fácil que se atribuissem todos os problemas à falta de verbas.

23 - O segmento abaixo que apresenta adjetivo sem variação de grau é:

- a) “Por maior que tenha sido a indignação manifestada...”;
- b) “...é alarmante esse grau crescente de insegurança”;
- c) “...de fazer o turista se sentir mais seguro no Rio...”;
- d) “...a redução a níveis mínimos dos assaltos a turistas”;
- e) “Mas é mais justo falar em dinheiro mal aplicado”.

24 - “Mas é mais justo falar em dinheiro mal aplicado. As próprias autoridades anunciam fartos investimentos em aparato tecnológico contra o crime; o retorno que deveria produzir a aplicação eficiente desse dinheiro seria o que não está acontecendo: a redução a níveis mínimos dos assaltos a turistas”; o vocábulo que destoa dos demais quanto ao campo semântico é:

- a) dinheiro;
- b) investimentos;
- c) aparato;
- d) aplicação;
- e) retorno.

25 - O segmento do texto cujo elemento destacado tem seu valor semântico INCORRETAMENTE indicado é:

- a) “EM oito anos...” = tempo;
- b) “...visitantes DE outros estados...” = origem;
- c) “...da economia DA cidade...” = propriedade;
- d) “...não sabe lidar, POR falta de ação integrada...” = causa;
- e) “...falar EM dinheiro mal aplicado...” = oposição.

26 - “Em oito anos, o número de turistas no Rio de Janeiro dobrou, enquanto os assaltos a turistas foram multiplicados por três, alcançando hoje a média de dez casos por dia. Considerando a importância que o turismo tem para a cidade – que anualmente recebe 5,7 milhões de visitantes de outros estados e do estrangeiro, destes, aliás, quase 40% dos que chegam ao Brasil têm como destino o Rio – é alarmante esse grau crescente de insegurança”; quanto às referências numéricas presentes nesse primeiro parágrafo do texto pode-se dizer que representam numerais de dois tipos:

- a) cardinais e ordinais;
- b) cardinais e multiplicativos;
- c) multiplicativos e fracionários;
- d) cardinais e fracionários;
- e) ordinais e multiplicativos.

27 - A relação adequada entre, respectivamente, substantivo-adjetivo-verbo de uma mesma família de palavras e de um mesmo campo semântico é:

- a) média-mediático-remediar;
- b) policial-policiamento-policiar;
- c) crime-criminoso-incriminar;
- d) idade-idoso-identificar;
- e) gravação-grave-agravar.

28 - O item em que a troca de posição entre substantivo e adjetivo traz nítida modificação de sentido é:

- a) grau crescente;
- b) policiamento ostensivo;
- c) poder público;
- d) fartos investimentos;
- e) aplicação eficiente.

29 - O segmento do texto que NÃO apresenta estrutura aditiva realizada por meio de conectores desse tipo é:

- a) "Em oito anos, o número de turistas no Rio de Janeiro dobrou, enquanto os assaltos a turistas foram multiplicados por três";
- b) "...recebe 5,7 milhões de visitantes de outros estados e do estrangeiro...";
- c) "...que apresentam o Rio e outras grandes cidades brasileiras";
- d) "...mas não é o que se vê – nem é o que percebem os assaltantes";
- e) ...entre autoridades estaduais e municipais...".

30 - O texto da prova, por sua estrutura e características, deve ser prioritariamente classificado como:

- a) expositivo;
- b) narrativo;
- c) informativo;
- d) argumentativo;
- e) descritivo.

Noções Básicas de Direito Constitucional

31 - A Constituição estabelece a união indissolúvel dos entes que integram a Federação brasileira. Na doutrina do Direito Constitucional, o desligamento da federação de um de seus componentes recebe o nome de:

- a) secessão;
- b) desmembramento;
- c) autonomia;
- d) cisão;
- e) especialização.

32 - Sobre a Constituição brasileira, é INCORRETO afirmar que:

- a) a atual Constituição brasileira foi elaborada pelo Congresso Nacional, que recebeu poderes constituintes;
- b) a mudança do texto constitucional depende da aprovação da proposta de Emenda Constitucional pelo Congresso Nacional, com duas votações em cada casa legislativa, exigindo-se a manifestação favorável, em cada votação, de 3/5 dos integrantes da respectiva casa legislativa;
- c) o presidente da República pode vetar a proposta de Emenda Constitucional aprovada pelo Congresso Nacional, alegando razões de interesse público ou de inconstitucionalidade;
- d) na vigência de intervenção federal em um Estado, a Constituição não pode ser modificada;
- e) a Constituição brasileira é rígida e analítica.

33 - Sobre os direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:

- a) no sistema de direitos fundamentais adotado pelo Brasil, que protege a liberdade de culto, um brasileiro pode invocar motivação religiosa para deixar de cumprir obrigação a todos imposta ou a prestação alternativa fixada pelo Estado;
- b) a interceptação telefônica somente poderá ser autorizada, por autoridade judiciária, para instrução processual de qualquer natureza ou para fins de investigação;
- c) de acordo com a Constituição, as comissões parlamentares de inquérito têm os mesmos poderes de investigação da autoridade judicial. Nesse sentido, a C.P.I pode determinar a interceptação telefônica para fins de investigação;
- d) a atividade de uma associação poderá ser suspensa compulsoriamente por decisão judicial que ainda não transitou em julgado;
- e) nas situações expressamente previstas na Constituição, para preservar a segurança do Estado ou o pleno exercício do Poder de Polícia, poderá ser imposta censura aos meios de comunicação.

34 - Sobre os direitos e garantias fundamentais, analise as afirmativas a seguir:

- I. Na desapropriação, a indenização será justa, prévia e em dinheiro. Na Constituição e na lei complementar poderão ser criadas exceções a essa regra, indenizando-se, por exemplo, com títulos públicos.
- II. A Constituição não permite a extradição do brasileiro nato.
- III. Na sucessão de bens de estrangeiro, localizados no Brasil, poderá ser usada a lei pessoal do *de cuius* se for mais benéfica para o filho ou cônjuge que tenha a nacionalidade brasileira.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) nenhuma.

35 - Sobre a organização do Estado brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os governadores dos Estados e do Distrito Federal serão eleitos pelo sistema majoritário por maioria absoluta.
- II. A Constituição não prevê a possibilidade de criação de novos Estados e de territórios federais.
- III. A lei orgânica dos municípios será elaborada pela Câmara Municipal após a sanção do chefe do Poder Executivo municipal.

É/são verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e II;
- e) II e III.

36 - Em relação aos direitos e garantias fundamentais, analise as afirmativas:

- I. A Constituição assegura o princípio do contraditório para os processos judiciais e para o inquérito policial.
- II. A Constituição veda, sem ressalvas, a pena de morte.
- III. A Constituição assegura, de forma expressa, entre os direitos fundamentais, o duplo grau de jurisdição, assegurando o direito a interposição de recursos.

É/são verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e III;
- e) nenhuma.

37 - Sobre a autonomia dos entes estatais e suas características, é correto afirmar que:

- a) os municípios se auto-organizam através de lei orgânica, idêntica para todos os municípios do mesmo Estado;
- b) a União não tem competência para promover intervenção nos municípios localizados nos Estados;
- c) a criação de novos municípios será feita por ato do governador do Estado, após aprovação da população interessada, por plebiscito, e do Poder Legislativo estadual;
- d) somente por lei complementar federal serão criadas outras hipóteses de intervenção federal além das que estão previstas na Constituição;
- e) em razão da hierarquia existente entre os entes estatais, no confronto entre a lei federal e a lei municipal, prevalecerá a lei federal.

38 - Sobre as normas constitucionais relativas à Administração Pública, é INCORRETO afirmar que:

- a) de acordo com a Constituição, as autarquias serão criadas por lei e estão sujeitas às mesmas regras de responsabilidade civil aplicáveis à Administração Direta;
- b) uma das sanções aplicadas ao agente público que praticar atos de improbidade administrativa é a suspensão de direitos políticos;
- c) de acordo com as normas constitucionais em vigor, os concessionários de serviços públicos responderão objetivamente pelos danos resultantes de atos praticados por seus agentes nessa qualidade;
- d) a responsabilidade civil do agente público é subjetiva, condicionada à demonstração de culpa ou dolo;
- e) a fixação da remuneração dos servidores públicos dos Estados e do Distrito Federal é feita por ato do Governador, sendo obrigatório o reajuste geral anual.

39 - Sobre as normas constitucionais relativas ao distrito federal e aos municípios, analise as afirmativas a seguir:

- I. O número de deputados distritais será fixado de acordo com o número de deputados federais eleitos pelo Distrito Federal.
- II. O Distrito Federal pode legislar sobre matérias que, de acordo com a Constituição, são de competência dos Estados e dos municípios.
- III. Os deputados distritais, na hipótese de crime comum, serão julgados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) nenhuma.

40 - Sobre as normas constitucionais relativas aos servidores públicos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O servidor público eleito para o cargo de deputado distrital deverá se afastar do cargo para exercer o mandato, não sendo possível o exercício cumulativo das duas atribuições.
- II. Como regra, o servidor público aposentado voluntariamente, após ocupar cargo técnico, não pode acumular seus proventos com a remuneração de outro cargo técnico.
- III. A Constituição exige a manutenção de regime jurídico único no âmbito da Administração Direta, autárquica e fundacional de cada ente estatal.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) nenhuma.

41 - Sobre as normas relativas aos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:

- a) o direito a obtenção de certidão e de atestado junto às repartições públicas encontra-se expressamente previsto na Constituição, junto com o direito de petição;
- b) não há lei regulamentando o processo de mandado de injunção, o que impede a sua utilização;
- c) poderá ser usado o mandado de segurança ou o *habeas data* quando uma autoridade não permitir o acesso de interessado ao conteúdo das informações a seu respeito existentes em banco de dados público;
- d) a Constituição isentou o impetrante do mandado de segurança e da ação popular do pagamento de custas e honorários advocatícios, salvo comprovada má-fé;
- e) a lei pode criar outras hipóteses de *habeas data* além das que estão previstas na Constituição.

42 - Sobre as normas constitucionais relativas aos servidores públicos, analise as afirmativas a seguir:

- I. A prorrogação do prazo de validade do concurso público é ato discricionário da Administração Pública.
- II. A Constituição não exige concurso público para preenchimento de função pública, mas somente de cargos e empregos públicos.
- III. Os empregados públicos, após três anos de efetivo exercício, terão estabilidade na forma prevista na Constituição.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) nenhuma.

Noções Básicas de Direito Administrativo

43 - O ato administrativo possui elementos constitutivos ou requisitos que integram a sua estrutura. Sobre a matéria, é INCORRETO afirmar que:

- a) o elemento capacidade significa que o agente público deve ter atribuição legal para praticar o ato administrativo;
- b) a alteração da finalidade expressa na norma legal ou implícita no ordenamento caracteriza desvio de poder, causa de nulidade do ato;
- c) a forma é um dos elementos necessariamente vinculados do ato administrativo;
- d) não são todos os atos administrativos que devem ser motivados;
- e) os elementos motivo e objeto podem ser vinculados ou discricionários.

44 - Sobre os atos administrativos, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os atos de gestão são aqueles em que a Administração Pública usa de sua supremacia em relação ao particular.
- II. Os atos administrativos complexos são aqueles que se formam pela reunião de vontades de mais de um órgão administrativo.
- III. No confronto entre um ato administrativo geral e um ato administrativo individual, prevalecerá a determinação contida no primeiro.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) nenhuma.

45 - Considera-se vinculado o ato administrativo no qual a lei já indica o objeto que necessariamente será adotado pela Administração Pública. Esse tipo de ato administrativo também é chamado de:

- a) legal;
- b) regrado;
- c) legítimo;
- d) vinculante;
- e) originário.

46 - Sobre as entidades da Administração Pública Indireta, analise as afirmativas:

- I. A empresa pública será criada, mediante autorização do Poder Legislativo, para desempenhar atividade considerada típica do Estado.
- II. As entidades da Administração Indireta estão sujeitas ao controle hierárquico próprio do ente estatal a que estão vinculadas.
- III. A empresa pública integra a Administração Indireta e tem personalidade jurídica de Direito Privado.

É/são verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e III;
- e) nenhuma.

47 - Sobre a noção de Administração Pública, analise as afirmativas a seguir:

- I. A função administrativa do Estado será desempenhada por órgãos e agentes de todos os poderes, ainda que predominantemente pelo Poder Executivo.
- II. No sentido material, considera-se Administração Pública o desempenho da função administrativa, como por exemplo, a gestão de bens e de serviços públicos.
- III. Através da desconcentração administrativa é possível atribuir a particulares, por ato administrativo, ou por contrato, a execução de serviços públicos.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) nenhuma.

48 - Sobre o poder de polícia, analise as afirmativas a seguir:

- I. O poder de polícia não se confunde com a polícia judiciária. A polícia administrativa tem finalidade preventiva e a polícia judiciária atua de forma repressiva.
- II. Todos os entes estatais são competentes para exercer o poder de polícia sobre as atividades submetidas ao seu controle.
- III. A licença é exemplo de ato administrativo que pode refletir o exercício do poder de polícia.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) nenhuma.

49 - De acordo com a classificação que divide os órgãos públicos conforme a sua posição estatal, as Secretarias de Estado são consideradas órgãos:

- a) independentes;
- b) colegiados;
- c) autônomos;
- d) superiores;
- e) coletivos.

50 - Sobre a remuneração dos servidores públicos, analise as afirmativas a seguir:

- I. De acordo com a Constituição Federal, o servidor público policial deverá ser remunerado através de subsídio.
- II. O teto remuneratório no serviço público não será aplicado aos servidores aposentados.
- III. O teto remuneratório no serviço público corresponderá ao subsídio pago mensalmente ao ministro do Superior Tribunal de Justiça.

É/são verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I, II e III;
- e) nenhuma.

51 - Sobre a aposentadoria do servidor público, é INCORRETO afirmar que:

- a) na aposentadoria por invalidez, os proventos podem ser proporcionais ou integrais, dependendo da causa que deu origem à aposentadoria;
- b) na aposentadoria voluntária, será levado em consideração somente o tempo de serviço e a idade;
- c) a aposentadoria do servidor poderá ser cassada em razão da prática, no serviço ativo, de infração disciplinar considerada grave;
- d) o retorno ao serviço ativo do servidor aposentado quando cessam as causas que deram origem à aposentadoria por invalidez denomina-se reversão;
- e) se o servidor preencher os requisitos previstos na Constituição, o seu pedido de aposentadoria não poderá ser indeferido pela Administração Pública.

52 - De acordo com as normas constitucionais em vigor, se for extinto o cargo ocupado pelo servidor estável, a Administração deverá adotar a seguinte providência:

- a) exonerar o servidor em razão da extinção do cargo;
- b) demitir o servidor, sem justa causa;
- c) colocá-lo em disponibilidade remunerada;
- d) reintegrá-lo em outro cargo semelhante;
- e) promover a sua aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

53 - Sobre os diversos tipos de responsabilidade do servidor público, é correto afirmar que:

- a) o inquérito administrativo é um procedimento administrativo que antecede a instauração do processo administrativo disciplinar;
- b) a sentença penal condenatória não influencia na apuração da responsabilidade administrativa em razão do princípio da incomunicabilidade de instâncias;
- c) as punições que podem ser aplicadas aos servidores estaduais e municipais são definidas em lei federal, de observância obrigatória para os demais entes estatais;
- d) algumas punições administrativas podem ser aplicadas sem instauração formal de processo administrativo, usando-se como fundamento a "verdade sabida", quando a autoridade competente para punir presencia a prática da infração;
- e) a competência para aplicar punições disciplinares será definida na legislação de cada um dos entes estatais.

54 - Sobre as diversas espécies dos atos administrativos, analise as afirmativas a seguir:

- I. A autorização é ato enunciativo que pode ser praticado com fundamento no poder de polícia.
- II. Como regra, a portaria é ato ordinatório, produzindo efeitos internos no âmbito da Administração Pública.
- III. O atestado é exemplo de ato administrativo negocial.

É/são verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e II;
- e) II e III.

Noções Básicas de Direito Penal

55 - Os crimes distinguem-se das contravenções porque:

- a) são atos ilícitos;
- b) suas penas privativas de liberdade são de reclusão e detenção;
- c) violam bens jurídicos;
- d) exigem culpabilidade do agente;
- e) podem ser praticados em concurso de agentes.

56 - O tipo do artigo 12 da Lei 6.368/76 ("importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer

consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar") pode ser considerado:

- a) misto alternativo;
- b) doloso ou culposo;
- c) plurissubjetivo;
- d) normativo puro;
- e) intersubjetivo.

57 - Ticiania sai para o trabalho e deixa seu filho Caio, de 3 anos, aos cuidados da avó materna, Meviana. Num determinado momento, em que a avó sai de casa e deixa o neto sozinho, este sobe na janela do apartamento e cai do 10º andar, o que causa sua morte. É correto afirmar, nesse caso, que:

- a) Ticiania e Meviana devem responder criminalmente porque houve omissão própria;
- b) Meviana deve responder criminalmente porque houve omissão imprópria;
- c) Meviana deve responder criminalmente porque houve omissão própria;
- d) Ticiania deve responder criminalmente porque houve omissão imprópria;
- e) Ticiania deve responder criminalmente porque houve omissão própria.

58 - Publicar cena de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente é crime:

- a) culposo;
- b) omissivo impróprio;
- c) multitudinário;
- d) preterdoloso;
- e) não transeunte.

59 - Entre as alternativas abaixo, é correto afirmar que os ofendículos excluem:

- a) o nexa causal;
- b) a culpabilidade;
- c) a imputabilidade;
- d) a ilicitude;
- e) a culpa.

60 - São causas extintivas da punibilidade penal, EXCETO:

- a) a prescrição;
- b) a decadência;
- c) o perdão aceito nos crimes de ação pública;
- d) a renúncia nos crimes de ação privada;
- e) a perempção.

61 - Entre as teorias que diferenciam os atos preparatórios dos atos de execução, aquela que afirma que os atos de execução são os que importam em realização da conduta descrita no núcleo do tipo é a teoria:

- a) objetiva-formal;
- b) subjetiva;
- c) objetiva-material;
- d) social;
- e) finalista.

62 - Embora com conhecimento técnico, pode-se considerar exercício ilegal da medicina (art. 282 do Código Penal):

- a) a realização habitual de parto por pessoa que não é médica ou enfermeira;
- b) a realização habitual de abortos por pessoa que não é médica ou enfermeira;
- c) a medição habitual de pressão arterial por pessoa que não é médica ou enfermeira;
- d) a aplicação habitual de injeções por pessoa que não é médica, enfermeira ou farmacêutica;
- e) o atendimento habitual e gratuito, com realização de diagnóstico e receita, por pessoa que não é médica.

63 - Acerca da comunicabilidade das elementares e circunstâncias, é correto afirmar que:

- a) as elementares objetivas se comunicam ao partícipe do crime;
- b) as circunstâncias objetivas não se comunicam ao partícipe do crime;
- c) as circunstâncias subjetivas se comunicam ao partícipe do crime;
- d) as elementares subjetivas não se comunicam ao partícipe do crime;
- e) as circunstâncias não se comunicam ao partícipe do crime.

64 - O erro de tipo essencial escusável exclui:

- a) apenas o dolo;
- b) apenas o preterdolo;
- c) apenas a culpa;
- d) o dolo e a culpa;
- e) a culpabilidade.

65 - Tício, funcionário público, negligentemente, esquece a janela da repartição onde trabalha aberta. Mévio, seu colega de trabalho, aproveita-se para subtrair equipamentos da referida repartição. Pode-se concluir que:

- a) Tício e Mévio responderão por peculato furto, em concurso;
- b) somente Mévio responderá por peculato, crime que só admite a forma dolosa;
- c) Tício responderá por peculato culposo;
- d) Tício e Mévio responderão por peculato culposo;
- e) Tício responderá por prevaricação e Mévio por peculato.

66 - Exclui a culpabilidade:

- a) a embriaguez completa e voluntária;
- b) a doença mental, por si só;
- c) a obediência à ordem legal;
- d) a obediência à ordem não manifestamente ilegal;
- e) a coação física.

Noções Básicas de Direito Civil

67 - Pela sistemática do direito brasileiro, a validade dos negócios jurídicos:

- a) independe, via de regra, de sua forma;
- b) somente se verifica se a declaração de vontade for formal;
- c) somente se verifica se a declaração de vontade for feita por escrito;
- d) de regra se verifica se a declaração de vontade for formal;
- e) de regra se verifica se a declaração de vontade for feita por escrito.

68 - Nos negócios jurídicos em geral, o dolo acidental:

- a) gera a nulidade do negócio jurídico;
- b) gera a anulabilidade do negócio jurídico;
- c) gera a ineficácia do negócio jurídico;
- d) gera a inexistência dos negócios jurídicos;
- e) apenas obriga à satisfação das perdas e danos.

69 - Constituem atos ilícitos:

- a) os praticados em legítima defesa;
- b) o exercício de direito que excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim social ou econômico;
- c) os que provocam deterioração ou destruição de coisa para remover perigo iminente;
- d) os que provocam lesão à pessoa a fim de remover perigo iminente;
- e) os que são praticados no exercício regular de um direito.

70 - Adriano, criança recém nascida, sofreu lesões físicas decorrentes do parto. Nesse caso, pode-se afirmar que a responsabilidade civil do médico:

- a) é sempre objetiva, por tratar-se de uma atividade de risco;
- b) é de regra objetiva, por tratar-se de uma relação de consumo;
- c) inexistente;
- d) é subjetiva;
- e) é subjetiva com culpa presumida.

71 - Para a configuração da posse no direito brasileiro, é fundamental que:

- a) a pessoa exerça o poder sobre o bem com a intenção de ser proprietário;
- b) o poder sobre o bem seja exercido pelo prazo mínimo de um ano e um dia;
- c) se tenha o exercício pleno ou não de algum dos poderes inerentes à propriedade;
- d) haja o poder físico direito sobre o bem;
- e) o possuidor seja maior de dezoito anos.

72 - Em tema de responsabilidade civil, analise as afirmativas a seguir:

- I - No direito brasileiro o absolutamente incapaz nunca responde pelos prejuízos que causar.
- II - A responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores independe de culpa dos pais.
- III - A responsabilidade civil está vinculada à responsabilidade penal.
- IV - A responsabilidade civil do dono ou detentor do animal é objetiva.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- a) I e II;
- b) II e III;
- c) III e IV;
- d) II e IV;
- e) I, II e III.

73 - Entre os requisitos para a aquisição da propriedade por usucapião, NÃO se inclui, necessariamente:

- a) boa-fé;
- b) posse contínua;
- c) prazo legal;
- d) posse incontestada;
- e) inexistência de causa interruptiva ou suspensiva do prazo prescricional.

74 - O prazo prescricional da pretensão da reparação do dano causado por fato do produto ou do serviço, nas relações de consumo:

- a) não existe;
- b) é de dois anos;
- c) é de três anos;
- d) é de dez anos;
- e) é de cinco anos.

75 - Nas relações de consumo, o prazo para reclamar dos vícios de fácil constatação ou aparentes é:

- a) sempre decadencial;
- b) sempre prescricional;
- c) de regra decadencial, podendo ser prescricional;
- d) de regra prescricional, podendo ser decadencial;
- e) indefinido juridicamente.

76 - NÃO se verifica a emancipação:

- a) pelo casamento;
- b) pela união estável;
- c) pelo exercício de emprego público efetivo;
- d) pela colação de grau em curso de ensino superior;
- e) pela relação de emprego que assegure ao menor com dezesseis anos de idade completos uma economia própria.

77 - A servidão aparente, sem título:

- a) não pode ser adquirida por usucapião;
- b) pode ser adquirida por usucapião, desde que a posse seja exercida pelo prazo de cinco anos;
- c) pode ser adquirida por usucapião, desde que a posse seja exercida pelo prazo de dez anos;
- d) pode ser adquirida por usucapião, desde que a posse seja exercida pelo prazo de quinze anos;
- e) pode ser adquirida por usucapião, desde que a posse seja exercida pelo prazo de vinte anos.

78 - Avô e neto são:

- a) parentes em primeiro grau na linha reta;
- b) parentes em segundo grau na linha reta;
- c) parentes em terceiro grau na linha reta;
- d) parentes em terceiro grau na linha colateral;
- e) afins.

Noções Básicas de Direito Processual Penal

79 - À luz da Lei nº 10409/02, em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos nesta lei, são permitidos, mediante autorização judicial, e ouvido o representante do Ministério Público, diversos procedimentos investigatórios. Indique a alternativa que NÃO contemple procedimento investigatório relativo à lei em comento:

- a) a infiltração de policiais em quadrilhas, grupos, organizações ou bandos, com o objetivo de colher informações sobre operações ilícitas desenvolvidas no âmbito dessas associações;
- b) a não-atuação policial sobre os portadores de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que entrem no território brasileiro, dele saiam ou nele transitem, com a finalidade de, em colaboração ou não com outros países, identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sem prejuízo da ação penal cabível;
- c) o acesso a dados, documentos e informações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais;
- d) o acesso, por período determinado, aos sistemas informatizados das instituições bancárias;
- e) a captação e a interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos, e o seu registro e análise, mediante circunstanciada autorização judicial.

80 - No dia 08 de dezembro de 2004, Tonini, nascido em 27 de junho de 1983, apropriou-se dos rendimentos de Paolo, seu tio, com quem coabita, nascido em 05 de dezembro de 1944, dando-lhe aplicação diversa da de sua finalidade. Nesse caso, a persecução penal em juízo se dará por meio de:

- a) ação penal de iniciativa privada, ou por ação penal pública condicionada à representação do ofendido, na forma do verbete nº 714 do STF;
- b) ação penal de iniciativa privada, dentro do prazo legal, na forma do art. 29 do CPP;
- c) ação penal pública condicionada à representação, na forma do art. 182 do CP;
- d) ação penal pública condicionada à representação, ou por ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública, na forma do art. 29 do CPP;
- e) ação penal pública incondicionada, na forma da legislação específica.

81 - Assinale a alternativa em que aparece instituto que NÃO constitui incidente da execução:

- a) conversão, excesso e anistia;
- b) conversão, desvio e indulto;
- c) anistia, livramento condicional e conversão;
- d) anistia, excesso e indulto;
- e) anistia, desvio e indulto.

82 - No que pertine ao tema competência, é INCORRETO afirmar que:

- a) compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar a ação penal cujo objetivo é apurar o crime de liberação no meio ambiente de organismo geneticamente modificado, em virtude da competência concorrente entre União e Estados para legislar e fiscalizar o meio ambiente e a defesa do solo;
- b) na prática do crime de perigo de desastre ferroviário (art. 260 do CP), a competência é da Justiça Comum Estadual, visto que o bem tutelado em questão é a incolumidade pública, a segurança dos transportes, o que não se revela como interesse próprio da União;
- c) compete à Justiça Comum Federal processar e julgar ação penal relativa a crime de falsificação e uso de documento falso, quando a falsificação incide sobre documentos federais;
- d) compete à Justiça Comum Federal processar e julgar o delito imputado a agente que fotografou, filmou e publicou, na rede internacional de computadores, imagens de menor, retratando a prática de atos libidinosos, inclusive sexo explícito;
- e) compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar o delito de falsificação ideológica contida em declaração feita em formulário de aviso prévio, quando esse documento não chegou a ser utilizado perante a Justiça do Trabalho.

83 - Existindo dúvida séria e fundada sobre a maioria do acusado, no curso do processo criminal, deverá o juiz criminal:

- a) suspender o curso do processo obrigatoriamente, dando imediata aplicação ao art. 92 do CPP, pois a questão desafia apreciação do Juízo Cível, posto referente ao registro civil;
- b) não suspender o processo, realizando o exame de arcada dentária ou exame ósseo para dirimir a questão;
- c) suspender o curso do processo facultativamente, dando imediata aplicação ao art. 93 do CPP, pois a questão desafia apreciação do Juízo Cível, posto referente ao registro civil;
- d) não suspender o curso do processo, porém, oficiar e aguardar que o Juízo Cível resolva a controvérsia, posto referente ao registro civil;
- e) dar imediata aplicação ao art. 92 do CPP, aguardando que o Ministério Público promova a ação civil pertinente à resolução da questão, na forma do parágrafo único do mesmo dispositivo.

84 - Em relação ao preso provisório, à luz da Lei nº 10792/03, é INCORRETO afirmar que:

- a) a União Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios poderão construir Penitenciárias destinadas, exclusivamente, aos presos provisórios e condenados que estejam em regime fechado, sujeitos ao regime disciplinar diferenciado, nos termos do art. 52 da Lei 10792/03;
- b) o regime disciplinar diferenciado também poderá abrigar presos provisórios ou condenados, nacionais ou estrangeiros, que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade;
- c) estará sujeito ao regime disciplinar diferenciado o preso provisório ou o condenado sobre o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando;
- d) a prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina social, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado;
- e) caberá ao juiz competente, a requerimento da autoridade administrativa, definir o estabelecimento prisional adequado para abrigar o preso provisório ou condenado, em atenção ao regime e aos requisitos estabelecidos.

85 - Quanto à Prisão Temporária, pode-se afirmar que:

- a) o prazo para a prisão do crime de epidemia com resultado morte será de cinco dias, prorrogável por igual período;
- b) é lícita a execução da captura enquanto a ordem judicial é elaborada;
- c) o prazo para a prisão do crime de epidemia com resultado morte será de trinta dias, prorrogável por igual período;
- d) extrapolado o prazo determinado, será posto em liberdade o indiciado, dependendo da expedição de alvará de soltura;
- e) o prazo para a prisão do crime de epidemia com resultado morte será de quinze dias, prorrogável por igual período.

86 - Em relação à Prisão em Flagrante, é correto afirmar que:

- a) a Autoridade Policial que efetuou a prisão deverá lavrar o auto de prisão em flagrante, mesmo que o fato delituoso tenha ocorrido em outro local;
- b) será punível a tentativa quando ocorrer flagrante preparado;
- c) diz-se flagrante impróprio aquele em que o suspeito é encontrado, logo depois, com instrumentos que façam presumir ser ele o autor da infração;
- d) a ausência da comunicação da prisão em flagrante ao juiz gera mera irregularidade;
- e) ocorrendo ilegalidade na lavratura do auto de prisão em flagrante, o juiz, imediatamente, revogará a prisão do indiciado.

87 - A Lei 9099/95 estabeleceu verdadeira mudança na estrutura processual penal. Assim, pode-se afirmar que:

- a) tal não ocorreu quanto ao interrogatório do acusado, já que, embora seja considerado meio de defesa, permanece como ato processual que inaugura a instrução probatória;
- b) competência territorial do Juizado Especial Criminal será determinada pelo lugar que consumar a infração penal;
- c) não serão consideradas infrações de menor potencial ofensivo os casos em que a lei preveja procedimento especial;
- d) não haverá citação ficta no Juizado Especial Criminal;
- e) somente ocorrerá composição dos danos civis antes de oferecida a denúncia.

88 - Quanto aos meios de provas, é correto afirmar que:

- a) o interrogatório em fase judicial é ato privativo do juiz;
- b) quando realizado o exame pericial por dois peritos oficiais, o juiz estará adstrito ao laudo;
- c) no processo penal, todas as pessoas poderão ser testemunhas, inclusive os menores de quatorze anos, doentes mentais e familiares do acusado;
- d) a ausência do compromisso de dizer a verdade afirmado pela testemunha anulará seu depoimento;
- e) a defesa técnica não precisará estar presente no momento do interrogatório do acusado, em sede judicial.

89 - Serafim está sendo investigado pela prática do delito de tráfico ilícito de entorpecentes, encontrando-se solto. A Autoridade Policial dispõe, para concluir o referido Inquérito Policial, do prazo de:

- a) 10 dias;
- b) 15 dias;
- c) 20 dias;
- d) 30 dias;
- e) 45 dias.

90 - Quanto aos Recursos no Direito Processual Penal, é correto afirmar que:

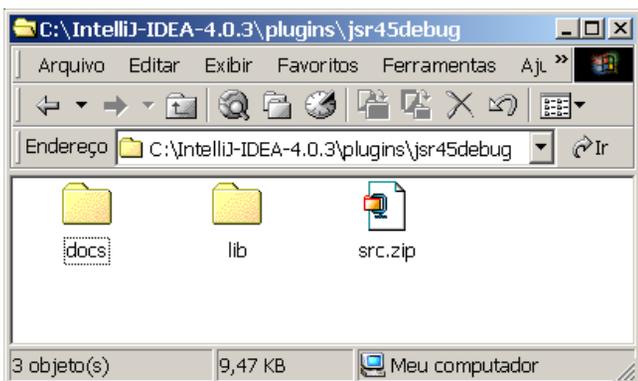
- a) não há qualquer diferença entre os Recursos e as Ações de Impugnação;
- b) não vigora no Processo Penal o princípio da fungibilidade;
- c) ainda que somente a defesa recorra, o Órgão julgador poderá prejudicar o réu, nos termos do art. 617 do CPP;
- d) em virtude do efeito suspensivo dos recursos, mesmo que haja decisão absolutória, deverá o acusado aguardar preso o julgamento de seu recurso;
- e) o ofendido poderá ter legitimidade recursal nas ações penais públicas, encontrando-se ou não habilitado como assistente de acusação.

Noções de Informática

Para as questões de 91 a 100, considerar a configuração padrão dos aplicativos de software referenciados.

91 - Considere a utilização da ferramenta “Meu Computador” no Windows 2000, versão em Português, para inspecionar o conteúdo de seu computador. Na situação mostrada na figura a seguir, onde a pasta docs está selecionada, para mover para o nível imediatamente acima na hierarquia de pastas (a pasta C:\IntelliJ-IDEA-4.0.3\plugins) você pode sempre:

- i. usar a combinação de teclas Ctrl + Z
- ii. pressionar a tecla Back (←) no teclado (usada também para apagar textos)
- iii. abrir a caixa de seleção na barra de ferramentas “Barra de endereços” e selecionar o driver ou pasta apropriado
- iv. clicar no botão “Voltar” na barra de ferramentas



O item que contém TODAS as alternativas corretas é:

- a) i e ii
- b) ii e iii
- c) ii e iv
- d) iii e iv
- e) ii, iii e iv

92 - No Microsoft Word 2000, versão em Português, ao utilizar a ferramenta *Verificar ortografia e gramática* para verificar a frase “Minha mãe era pintora, escultora e escrita”, o resultado será:

- a) a indicação de que a palavra “escrita” está grafada incorretamente;
- b) o verbo da frase será destacado;
- c) uma linha sublinhada em vermelho sob a palavra “escrita”;
- d) uma linha sublinhada em azul sob a palavra “escrita”;
- e) nenhuma indicação de erro será mostrada.

93 - No Microsoft Excel 2000, versão em Português, para limpar o conteúdo de uma célula, bem como sua formatação e comentários, você deve:

- a) usar a tecla Del;
- b) digitar sobre o conteúdo existente;
- c) escolher a opção *Limpar, Tudo* do menu *Editar*;
- d) escolher a opção *Limpar, Conteúdo* do menu *Editar*;
- e) usar a tecla F2 e então apagar o conteúdo da célula.

94 - No Microsoft Outlook, o ícone de um envelope fechado ao lado de uma mensagem indica que:

- a) a mensagem ainda não foi lida;
- b) a mensagem já foi lida;
- c) a mensagem foi respondida;
- d) a mensagem possui arquivos anexados;
- e) a mensagem foi encaminhada para outros destinatários.

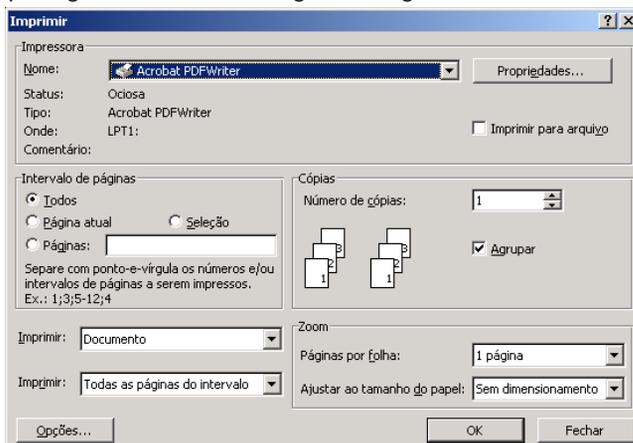
95 - Considere o uso do Microsoft Word 2000, versão em Português, para editar um documento de 8752 linhas de texto em que o ponto de inserção está localizado no meio do arquivo. A única opção abaixo que NÃO muda de lugar o ponto de inserção é:

- a) pressionar uma das setinhas no teclado numérico;
- b) clicar sobre o pequeno triângulo ▼ na barra de rolagem vertical;
- c) clicar no botão *Página anterior* ▲ na barra de rolagem vertical;
- d) usar as teclas *Home*, *PgUp*, *PgDn* ou *End*;
- e) usar a combinação de teclas *Ctrl + Home*.

96 - Uma forma rápida para alternar entre programas em execução através do teclado é usar a combinação de teclas:

- a) ALT+TAB
- b) CTRL+SHIFT+TAB
- c) CTRL+TAB
- d) SHIFT+TAB
- e) TAB

97 - Observe a caixa de diálogo do MS-Word 2000 em português mostrada na figura a seguir:



É possível selecionar a impressora onde o documento será impresso:

- a) através do botão “Propriedades”;
- b) selecionando uma impressora através do campo “Imprimir” com o l sublinhado;
- c) selecionando uma impressora através do campo “Imprimir” com o r sublinhado;
- d) selecionando uma impressora através do campo “Nome”;
- e) somente é possível trocar a impressora através do “Painel de controle” do Windows.

98 - Considere as seguintes informações sobre o MS-Excel 2000 em português:

- i) por padrão, os números são alinhados nas células à esquerda;
- ii) por padrão, os textos são alinhados nas células à direita;
- iii) um número precedido por aspas simples (') será alinhado como texto;
- iv) a digitação de “1..10” (com os pontos, sem as aspas) em uma célula irá criar uma seqüência de números de 1 até 10.

A quantidade de itens corretos é:

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4

99 - A versão mais recente do MS Windows para estações de trabalho é:

- a) Windows 2000
- b) Windows 95
- c) Windows 98
- d) Windows ME
- e) Windows XP

100 - A opção a seguir que, através do mecanismo de busca na Internet chamado Google (<http://www.google.com.br>), irá localizar de forma mais restritiva o arquivo compactado na forma ZIP chamado VirtualDub-1.6.1 é:

- a) “VirtualDub-1.6.1.zip”
- b) “VirtualDub-1.6.1”
- c) VirtualDub-1.6.1
- d) VirtualDub-1.6.1 –ext.zip
- e) VirtualDub-1.6.1 –ext:zip



Núcleo de Computação Eletrônica

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prédio do CCMN - Bloco C

Cidade Universitária - Ilha do Fundão - RJ

Coordenação de Concurso - (21) 2598-3333

Internet: www.nce.ufrj.br/concursos